

As multidões de junho de 2013 no Brasil: o desafio de explicar e compreender

ALEXANDER MARTINS VIANNA*

Resumo

Ensaio sobre as Manifestações de Junho de 2013 no Brasil, do ponto de vista de um historiador que fez parte das mesmas. Aqui, analisa-se criticamente o papel da imprensa e é demonstrada a dificuldade metodológica de tipificar as manifestações num único constructo, ou definir para elas uma natureza ou essência global.

Palavras-chave: Multidões; História; Protesto Social.



* **ALEXANDER MARTINS VIANNA** é Mestre e Doutor em História Social pelo PPGHIS-UFRJ. Prof. Adjunto II de História Moderna da UFRRJ.



Rio de Janeiro, 30 de junho de 2013 - Manifestação contra a Copa das Confederações. O final da partida estava ocorrendo no Maracanã.

Muitas pessoas aderiram à ideia de haver as manifestações de junho de 2013, apropriando-se de sua energia social para expressar o seu descontentamento focal. No entanto, são cansativas e preconceituosas as abordagens que fazem as pessoas nas ruas parecerem ‘menores’ e ‘manobráveis’ que precisam de ‘pito’ por sua “falta de foco”, desde que definido por partidos e congêneres de esquerda. Estes perderam a adesão efetiva com as massas e, agora, estão demorando demais para se revisarem a respeito disso. Os partidos de esquerda devem negociar com o carisma das manifestações, caso contrário, os partidos de direita farão isso no seu lugar. Se partidos, sindicatos e intelectuais desejam, de fato, ser vanguardas da energia social das manifestações de junho, precisarão ser dialeticamente orgânicos a elas. O carisma político, neste momento, está na multidão e não em lideranças de nomenclaturas de partidos e sindicatos.

Pensando com Bobbio, digo que existe sim a distintividade sistêmica do campo político em direita e esquerda, mesmo que muitos partidos de esquerda (que não são de fato partidos, mas legendas

espúrias), ao ratificarem seu pacto com o capital, tenham se tornado tão autorreferidos que abriram mão de seus fundamentos de distintividade e, portanto, da educação política e social que tal distintividade contém.

São os neoliberais vitoriosos do pós-Guerra Fria que veiculam, doutamente, que esta distinção no campo político é ultrapassada. Ainda pensando com Bobbio, gostaria de lembrar que “igualdade sem liberdade” e “liberdade sem igualdade” são os extremos da matriz política e não faltam exemplos históricos negativos para preencherem estes polos do espectro político. A liberdade que exclui, no final das contas, é tão danosa à dignidade humana e ao desenvolvimento individual quanto a igualdade que se torna, na prática, nivelamento forçado. A liberdade do capital não gera igualdade, mas oportunidade para poucos, e quer que sejamos heróis das oportunidades segundo uma agenda que não criamos. Então, será que o campo político só se esgota nisso: Ser neoliberal porque o estalinismo empobreceu o campo crítico da esquerda e desapareceu do Leste Europeu ao final do século XX?

A igualdade é um princípio que tem expandido o seu campo de significado moderno desde o século XIX, abarcando hoje também as questões de gênero e de combate ao racismo. E quem aperfeiçoa o princípio da igualdade nas práticas sociais, econômicas, legais, jurídicas e institucionais, independentemente de adesão à legenda ou partido, colabora com a esquerda social, cultural e comportamental do espectro político ao associar o seu significado com a liberdade. Portanto, as manifestações de junho, enquanto tiverem focos centrados no aperfeiçoamento e na expansão aplicativa do princípio da igualdade, estarão colaborando com a esquerda do espectro político, independentemente de partidos e bandeiras. Nesse sentido, é um contrassenso que alguns ‘partidos’ de esquerda e alguns de seus intelectuais sintam tanto desconforto com a sua existência.

A energia social difusa dos focos das manifestações de junho pode, entre outras variáveis, ser entendida como o resultado indireto de uma dinâmica estrutural de vida que é, em si mesma, desmobilizante para a maioria das pessoas numa sociedade de desregulamentação pós-industrial, de perfil ainda exportador de *commodities* e socialmente excludente. A dificuldade de acompanhar o processo político em todas as suas nuances tem como contrapartida, no entanto, um anseio difuso e igualmente válido de que a representação política seja honesta, representativa e competente, mesmo que as pessoas não tenham uma visão clara da máquina administrativa e financeira do Estado. Quando tal anseio é periodicamente frustrado, vemos o aumento de votos em branco ou “votos de protesto”, em que um candidato, sem tradição política, sem plano de governo

consistente e sem qualquer engajamento nas bases de partidos ou movimentos sociais, é mero fenômeno de mídia eleito para agredir simbolicamente um regime que não se faz representativo para promover a educação política e o orgulho da população.

Nesse sentido, ter o futebol como fator central de orgulho nacional e mobilizador de multidões e ter, por outro lado, “Tiririca” como símbolo de protesto contra a estrutura político-representativa federal inefetiva para os anseios da maioria da população deveriam ser sinalizadores culturais críticos importantes dos extremos comportamentais de nossa arena sociopolítica anterior às manifestações de junho: *esperança compensativa sem foco político* e *apatia em relação à política*. Apatia porque, por vezes, a provocação do riso, como no caso de “Tiririca”, é uma mera representação de impotência e enfado em face às instituições. No entanto, as manifestações de junho apontam para uma vontade de reversão, em que a esperança política vem com o riso, com o grito, com o ímpeto e com um carisma suprapartidário jovem resistente às bombas de gás lacrimogêneo das PMs.

O que querem as multidões de junho de 2013? Antes de tudo, as suas demandas são morais: que o seu voto valha algo, que políticos corruptos sejam presos, que haja desmilitarização das PMs, que não se sintam humilhadas quando precisam recorrer aos serviços públicos e que haja redução nas distorções salariais e legais entre as categorias profissionais. Mas há demandas estruturais que tocam diretamente a forma como a parceria público/privado e a dinâmica tributária-financeira vêm sendo concebidas desde o governo FHC, como a injeção de recursos públicos para manter artificialmente

equilibrados fundos bancários e linhas de créditos, ao preço do sucateamento de empresas públicas lucrativas (se não fossem, não seriam compradas pelo capital privado com empréstimos facilitados do BNDS e, portanto, com recursos públicos) e da terceirização de serviços com baixo controle de qualidade. Tudo isso vem combinado com inefetivos e ineficazes investimentos na educação e saúde públicas.

Quando uma empregada doméstica com pouca escolarização diz nas manifestações que “Quero que melhore tudo que tá ruim!”, isso não é uma reposta de quem não sabe o que quer, mas de alguém que espera que algo seja feito em seu nome, a cidadã, a representada. Ela não precisa fazer parte de partido ou movimentos sociais para saber do que precisa – e do quanto o seu voto não tem significado nada ultimamente, mas ela apela que signifique algo, que sinta em seu cotidiano tal significado. Sem as mobilizações de junho, ela não se sentiria parte de algo maior que lhe trouxesse esperança sociopolítica. Ela só teria a apatia e o riso sardônico sobre a vida enquanto volta para casa num transporte coletivo de péssima qualidade, que a faz se sentir menor e indigna.

Obviamente, seria ótimo se ela pudesse trabalhar, acompanhar os sites de governo, ler informativos de partidos e sindicatos e, ao mesmo tempo, fazer parte de movimentos sociais. No entanto, nem profissionais liberais de classe média – que têm domésticas a seu serviço – conseguem ter fôlego para tanto. Assim, as demandas pragmáticas do trabalho cotidiano que afastam a maioria de “engajamento” pelas vias tradicionais precisam da contrapartida de uma representação política honesta,

competente, transparente e responsável – e de uma vigília coletiva difusa que denuncie distorções e fraldes, tal como tem funcionado as redes sociais (e os estudantes nessas redes sociais) e, com todas as limitações, os jornais hegemonicamente situacionistas e manipuladores de notícias. Enfim, a doméstica que quer que “melhore tudo que tá ruim!” está também nas mobilizações... Isso não é pouca coisa... Ela não está fazendo marcha católica contra Jango, como fizeram as equivalentes sociais no passado de suas “patroas” do presente. Ela está ao lado dos equivalentes sociais das filhas, netas e bisnetas dessas “patroas”. Isso não é pouca coisa...

Nas décadas de 1960 e 1970, num momento de ebulição social, política e cultural da descolonização, da luta pelos direitos civis e da contracultura, o historiador marxista britânico Georges Rudé (1910-1993) dedicou-se a estudar as Multidões na História, focado no eixo cronológico 1780-1860, com foco comparativo nos casos francês e inglês. Naquele momento, Rudé demonstrava a originalidade epistemológica de transformar em objeto de estudo um agente social coletivo desinstitucionalizado: a Multidão. Observem: não era “povo”, “classe”, “partido” ou “nação”, conceitos sujeitos à institucionalização jurídica, política e econômica, mas a “Multidão”. Naquele momento, pensar a categoria “Multidão” como agente social tinha grande frescor contextual. A sua escrita era de esperança em relação à renovação social, econômica, cultural e política *para além do capitalismo*.

Ao pensar nas manifestações das multidões de junho de 2013 e nos vestígios da imprensa sobre tais eventos, chequei à conclusão de que valeria a pena recuperar algumas

ponderações de Georges Rudé, pois constatei uma patente incapacidade, ou má fé, dos meios de comunicação massivos, abertos e do “horário nobre” (desonrado por notícias superficiais) na forma de lidarem com o agente social “Multidão” e os vários movimentos sociais, indivíduos e agendas que compõem o mundo do pós-Guerra Fria. Rudé fizera um trabalho de sistematização e tipificação das ações de revolta das “Multidões”.

Num polo tipológico, estariam os “motins de fome”, que seriam agentes sociais coletivos que teriam conotação mais tradicional, centrada na negociação social coletiva pela restauração de preços segundo o costume das comunidades. Nessa perspectiva, ainda de *Ancien Régime*, a “Multidão” se revoltava cobrando dos poderes públicos a função tradicional de mantenedor do “máximo” dos preços sobre cereais (a base da alimentação), segundo os costumes das comunidades afetadas por carestias. Antes de os valores sociais ligados à *economia de mercado* serem incorporados ao hábito social, as noções de riqueza, preço e inflação não eram pensadas pelas multidões nos termos conceituais quantitativos, sistêmicos e abstratos da *economia política*. No jogo tradicional da *economia moral* – se usarmos, aqui, o conceito de E. P. Thompson – dos “motins de fome”, as mulheres tinham um papel estratégico ratificado socialmente pelo costume: exigir do poder público a proteção do *justo preço* do alimento e, quando o assunto era protelado demais, elas reuniam-se em multidão para abrir os silos da cidade, ou dos especuladores, para distribuírem o alimento segundo o costume do *justo preço*. Não por acaso, muitos homens participavam dessas ações disfarçados de mulheres. Quando eram descobertos

pela polícia, eram presos como arruaceiros.

No outro polo da tipologia de Rudé, estariam as ações de revolta da “Multidão” que teriam efetivamente um caráter político revolucionário, pois não estariam preocupadas apenas com o sustento da mesa por meio do *justo preço*. Para Rudé, o que definiria uma natureza revolucionária para a ação da “Multidão” seria uma agenda clara de objetivos de conquistas de direitos sociais, jurídicos e políticos que implicariam em efetivas transformações sociais, econômicas e institucionais em relação ao *status quo*. As manifestações de junho não cabem na primeira tipologia, mas tampouco estariam plenamente aderidas à segunda. No entanto, Rudé chamava a atenção para a necessidade de se conhecer os alvos das manifestações de uma multidão para se entender as suas dinâmicas internas formativas e os seus significados socioculturais e políticos de curto e longo prazo.

O esforço de Rudé para tipificar e sistematizar as “Multidões” como agentes sociais coletivos serve como um ideal-tipo, um ponto de partida a ser verificado e não o ponto de chegada da análise, pois tipificar já é reduzir a experiência e o agente social a um discurso analítico. Como sabemos, dependendo das figuras do discurso (seja este verbal, sonoro, visual ou a sobreposição destes recursos), há uma moralização negativa ou positiva do objeto, mas quase sempre simplificadora. Em geral, espera-se que o cientista social hodierno tenha consciência do efeito discursivo redutor do método analítico que utiliza e, por isso mesmo, que cultive o hábito de desenvolver uma escrita autorreflexiva. Infelizmente, não posso dizer o mesmo

a respeito do mundo da velocidade do webjornalismo e do mercado de notícia.

As multidões de junho têm sido reduzidas a entes discursivos acionados apenas para *provocar uma experiência* que caiba numa pauta reduzida e tendenciosa de sentenças simples: “as manifestações foram ordeiras”; “as manifestações ocorreram sem incidentes com a polícia”; “as manifestações têm um caráter apartidário”; “há várias bandeiras nas manifestações”; “houve ações de vândalos nas manifestações”; “a volta para casa durante as manifestações”; “governo cede à pressão das ruas”; “Como ainda salvar o governo Dilma?”; etc. A escrita jornalística sobre a experiência das multidões de junho têm sido uma repetição incessante de motivos e temas, em vez de ser um franco e honesto desafio de explicar o fenômeno. As ênfases jornalísticas banalizam alguns temas e desfocalizam a gravidade estrutural contida em algumas reivindicações e ações.

As manifestações de junho estão além de qualquer banalização da imprensa; têm uma energia social própria; são indomáveis pelos discursos que tentam fazê-las caber numa pauta rasa jornalística, que não é desinteressada na forma de criar marcas culturais, visuais, sonoras e sociais para o fenômeno. Do ponto de vista estilístico, a escrita jornalística dos grandes canais a respeito das manifestações de junho tem demandado notícias impactantes como, por exemplo, a depredação do patrimônio público (aliás, *fires in the night*, em vãos panorâmicos de câmera, têm um especial apelo dramático), pois rende mais *clicks* e compartilhamentos nas *redes sociais* (e contratos publicitários), particularmente se tais notícias vierem acompanhadas de fotografias igualmente impactantes dos

“vandalismos”, da “insegurança pública” e das “pobres pessoas que foram transtornadas em suas volta para casa depois de um dia de trabalho”, “da *reação da polícia* à violência dos manifestantes” [ou seja, a polícia sempre *reage*, nunca *provoca* a violência quando o motivo temático explorado é o ‘vandalismo’ das manifestações]. Aliás, mesmo que alguma informação mais substancial exista, acaba sendo descentrada na memória visual e temática jornalística sobre as manifestações em virtude das ênfases hegemônicas em motivos repetitivos, banalizantes, moralizantes, mentirosos e superficiais.

Quando Georges Rudé pensou a sua pesquisa para século XVIII, teve de lidar com o desafio de fontes que se dividiam entre uma minoria de panfletos das multidões que sobreviveram em arquivos (quase sempre policiais) e a narrativa institucionalizada e estereotípica de quem as reprimiu. Nos eventos que observamos em junho, parte da imprensa “livre” está assumindo um papel discursivo de polícia na tipificação das ações dos manifestantes: no começo, a ênfase era no “vandalismo”, como se todo o fenômeno se reduzisse a isso; agora, o interesse é domar e moralizar o seu significado, enfatizando que as ações foram ordeiras, pacíficas, apartidárias, com alguns incidentes isolados de “vândalos”, que obrigaram a ação da polícia. Raras são as notícias que enfatizam, em tempo de exposição midiática, a presença de partidos políticos, categorias sindicais e movimentos sociais. Os focos estão quase sempre em pessoas isoladas que poderiam representar uma “pauta jornalística” que visa a provocar atenção predominante, no jogo metonímico de exposição, na

indignação suprapartidária ou apartidária da “pessoa comum”.

Uma “Multidão” que se forma e se revolta repentinamente em função de um gatilho imprevisto nas relações sociais-institucionais (carestia de alimentos, por exemplo) e que redundam em depredação e em violência interpessoal não tem a mesma dimensão sociológica e política de uma “Multidão” que planejou e agendou alvos e demandas específicos relacionados a reformas políticas, jurídicas e orçamentárias, cujo ponto de partida foi o movimento pela redução dos preços de passagens e o direito ao passe livre. No entanto, uma vez que se configura socialmente, mesmo esta última forma de “Multidão” como agente social coletivo não está livre de ser assolada por gatilhos imprevistos que escapam à agenda principal da manifestação, o que pode incluir a ação focal de neonazistas ou a provocação policial, impedindo, por exemplo, a mobilidade das manifestações.

Em todo caso, mesmo sendo fenômenos menores, isolados e somente superdimensionados pela imprensa, qualquer gatilho (planejado ou não) de revolta nas manifestações de junho são ricos de significado sociocultural e político. Daí, chamar os gatilhos imprevistos de “vandalismo sem razão” diz muito pouco deles, pois não aponta para questões estruturais, que vão da má educação escolar (precariedade no acesso a recursos materiais e imateriais) à já habitual descrença nas instituições públicas e na idoneidade e representatividade dos partidos políticos. Nesse sentido, o alvo ou crime de ódio contra pessoas individuais e morais nunca é gratuito: está relacionado a alguma performance social violenta de valores, crenças e frustrações. Ora, isso é outro ponto de

partida desafiador e importante para se evitar simplificações sobre os eventos que temos testemunhado.

À luz do que observamos do método e abordagem de Rudé, podemos chegar a análises mais afinadas com nossa realidade cultural e sociológica: as multidões de junho não são “massas monolíticas manobráveis”, mas uma configuração social formada por indivíduos das mais diferentes orientações, expectativas, experiências, faixas etárias, geração e recursos materiais e imateriais. As multidões de junho não são vestígios de um passado representado num arquivo policial, mas, em breve, tornar-se-ão vestígios nos arquivos da imprensa, nos arquivos policiais e nos textos e imagens das voláteis redes sociais do ciberespaço. Neste ponto, temos somente uma pequenina vantagem na observação histórica deste fenômeno se comparada à observação de Rudé dos atores coletivos do final do século XVIII: ainda podemos experimentar, como observadores participantes, as múltiplas perspectivas sobre um evento que, com o tempo, será apenas vestígios em arquivos pessoais e institucionais.

No entanto, o fato de sermos testemunhas oculares *via imprensa*, ou parte da multidão em ação, não nos livra do risco de perspectivas e valores individuais e grupais simplificadores na forma de conceber significado para as agendas planejadas e os gatilhos imprevistos das multidões como agentes sociais. Daí, devemos evitar a simplificação no uso da categoria “Multidão” e estar cientes de que, *seja clicando em links de notícias, compartilhando-as em redes sociais ou atuando nas manifestações diretamente nas ruas*, todos estamos lidando *com* – e *construindo* – vestígios visuais e

narrativos sobre as manifestações de junho.

A agenda inicial das manifestações de junho não nasceu de partidos políticos, mas do apartidário (mas não antipartidário) e anarquista Movimento Passe Livre (MPL), que tem uma natureza agregativa mais dinâmica de novas agendas para ações reivindicatórias coletivas, o que não deve ser confundido com falta de foco ou oportunismo político. Por isso, o ponto de partida (redução de preço nas passagens do transporte coletivo de massa, garantia do passe livre e da gratuidade e melhorias nos serviços) que configurou socialmente as suas negociações sociais coletivas por direitos não será necessariamente o ponto de chegada de todas as mobilizações. Algumas reportagens, inicialmente, ironizaram as múltiplas bandeiras das manifestações de junho, enquanto outras têm valorizado estritamente o seu suposto “apartidarismo”, como se isso também não significasse *fazer política com um horizonte de esquerda* no modo de conceber ou de expressar desejos por reformas na administração pública e melhorias na qualidade de vida centradas no princípio da igualdade. Tudo isso demonstra a ignorância das dinâmicas coletivas de manifestações sociais que não nascem de partidos políticos, mas que podem agregar seus simpatizantes e pontos de agenda.

Os diferentes focos das manifestações de junho ultrapassam as questões relativas a ganhos econômicos e materiais durante o governo PT em comparação aos governos anteriores, ou ao fato de que a situação da democracia hoje é melhor do que durante as “Diretas Já”. Falamos de momentos históricos bem distintos. Quando o PT chegou à presidência, havia um

investimento de esperança na esquerda que foi perdido pelos sucessivos escândalos e manobras político-partidárias, que esvaziaram as próprias bases do partido. A esperança por mudança nas estruturas políticas pela via institucional se esfumou, mas isso não é estrutural, mas conjuntural. Então, não deve nos surpreender que vivamos, neste momento, uma situação de manifestações em que algumas pessoas defendam ideias e anseios por melhorias, independentemente de partidos políticos, mas isso não quer dizer necessariamente um antipartidarismo ao modo dos neonazistas de São Paulo.

A democracia política e social não foi aperfeiçoada durante a gestão do PT na presidência, havendo pontos inconfessáveis de continuação em relação ao governo anterior. Desde 2002, a sua forma de conceber alianças para sustentar a presidência não refletiu os anseios de suas antigas bases políticas e levou à fundação do PSOL. Cheguei a testemunhar a expressão disso em Duque de Caxias (RJ), quando os seus antigos militantes e formadores de suas bases políticas começaram a colher assinaturas para fundar o PSOL. Numa carta tocante ao partido, tal grupo se expressou da seguinte forma: “Não estamos saindo do PT. O PT saiu de nós...”. Nisso estava a expressão política de um grupo social que deseja que existisse, na arena política, um efetivo fazer engajado de *política com um horizonte de esquerda*, ou seja, o papel do PT no passado.

Os focos de insatisfações dos diversos manifestantes de junho não se tornam injustificáveis somente porque, durante o governo PT, os índices de ganhos materiais da população aumentaram em relação à pobreza do passado. O fato é que a atual pobreza – esta da época de

desregulamentação econômica neoliberal, compensada pontualmente em seus extremos de exclusão social com ações do tipo “bolsa família”, mas sem grande mudança nos índices de investimento em educação e saúde públicas de qualidade – é uma agressão que só piora a educação política da população e o estado de irritabilidade social quando vem somada às notícias de corrupção, ao descaso com o dinheiro público, às benesses e às isenções de políticos, que se tornaram, em função das estruturas jurídico-políticas e eleitorais, somente carreiras autorreferidas.

Como desconsiderar o impacto negativo sobre a sociedade do fato de políticos poderem votar o seu próprio aumento salarial, enquanto categorias profissionais estratégicas, como docentes, por exemplo, têm de parar o ano-letivo e o trânsito das cidades para terem alguma prioridade na agenda política e orçamentária do Estado, enquanto leis (por exemplo, PL 728/2011) são decretadas para darem celeridade administrativa e policial para as demandas da Copa? No mundo das carreiras autorreferidas dos cargos eletivos e ‘partidos’, perde-se o vínculo com a população e barganha-se cargos como se fossem propriedades de partidos, esvaziando-os de seu significado social, institucional e constitucional. Assim, chegamos, entre outras coisas, a uma Comissão de Direitos Humanos ocupada por pessoas e grupos notoriamente avessos aos seus fundamentos.

Tudo isso tem um impacto muito mais perigoso na crença popular sobre a necessidade de um sistema representativo parlamentar do que as ações focais de neonazistas durante as manifestações de junho. Como desconsiderar o perigo contido, em

termos de formação de cultura política, no fato de que o grosso da população que acompanha superficialmente os processos políticos, com mais atenção quando há escândalos midiáticos de corrupção, tenha como vulgata que “políticos são todos iguais”, “é tudo ladrão”? O que o sistema representativo atualmente existente tem feito para aumentar a educação política da população e a projeção de orgulho em suas instituições? Por que os fatores de orgulhos nacionais são jogadores de futebol, em si mesmos filhos da exceção e das distorções social, econômica e educacional em nossa sociedade? Obviamente, tudo isso não é uma originalidade do governo PT, mas o fato é que não elegi ninguém para descontinuar a minha esperança por mudança e continuar os mesmos erros de gestão de outros partidos e, inclusive, de regimes anteriores à democracia liberal.

Nas manifestações de junho, há muitas agendas sérias e consistentes sendo encenadas e acenadas, que não podem ser diminuídas, desconsideradas ou desfocadas por conta de uma minoria inescrupulosa que usa mal a energia social das multidões, ou por conta de alguns focos de reivindicações pós-capitalistas que parecem extemporâneos para alguns já acomodados à hegemonia cultural consumista do mundo do Pós-Guerra Fria. Afinal, ninguém está no final da evolução para fechar os horizontes numa única possibilidade de regime ou sistema. Se as críticas pós-capitalistas parecem ingênuas para alguns, eu digo que são necessárias na arena política para não ficarmos míopes ou insensíveis em relação aos crimes do poder do capital, que coloca o direito à propriedade de poucos acima do direito à sobrevivência de muitos; e também para lembrarmos que a estrutura jurídica de um Estado tem uma dinâmica

funcional de classe. Então, sem a alteridade das críticas pós-capitalistas, desde as mais ingênuas às mais fundamentadas, estaríamos à mercê de um único paradigma crítico de concepção de sociedade, economia, direito e instituições.

Se há algum passado para servir de demonstração comparativa a respeito da necessidade de uma *alteridade crítica sistêmica* na arena política é aquele do próprio PT, que infelizmente decaiu de partido para mera legenda desfocada de suas bases representativas. Uma crítica bem fundamentada e centrada no bem comum não se confunde com negociações mesquinhas por cargos e posições no governo. Bancadas de partidos que ameaçam emperrar pautas importantes do legislativo, gerando com isso desperdício do dinheiro público, como forma de retaliação por conta de uma barganha não cumprida por cargo, apenas legislam em causa própria, distorcendo o significado de ser representante da nação. Por isso, não acredito num sistema representativo em que cargos políticos se tornam carreiras autorreferidas, pois, com o tempo, tais representantes se alienam das implicações éticas e democráticas de sua função, afastam-se de seus representados e naturalizam rotinas gestivas reduzidas a ações centradas apenas na busca por posições no Estado para suas legendas políticas capitarem recursos públicos que as permitam se reproduzirem.

Em algum momento de sua história, o PT foi efetivamente o partido da esperança da maioria, mas resolveu cair na vala comum de ser apenas legenda política. Então, não há porque estranhar as diatribes iniciais de “fora partidos!” nas primeiras manifestações de junho. Nem todos que gritaram “fora partidos” são neonazistas ou abrem mão do

sistema representativo parlamentar; apenas manifestaram o seu enfado com legendas e dinâmicas institucionais que fazem o seu voto não valer nada no jogo político. Então, “fora partidos” pode também significar: “respeitem meu voto”, “não sou massa de manobra”. Se os ‘partidos’ querem não estar “fora”, devem mudar para se tornarem, de fato, os representantes e promoverem as devidas reformas políticas.

O meu contexto de escrita não é, obviamente, o mesmo de Georges Rudé, mas permanece a lição de ouvir o que está sendo dito ou focado pelas multidões, antes de se pretender normatizar como uma manifestação pode ou deve ser, ou deixar de ser, para alguns. Não devemos criminalizar as manifestações, mas sim recriminar o crime de qualquer natureza em qualquer esfera. Os crimes de ‘representantes’ são muito mais devastadores para o patrimônio público (e, portanto, para a maioria das pessoas que morrem sem os serviços pelos quais já pagaram) e para a educação política da população do que as ações focais e ocasionais de depredação durante as manifestações. Estas estão implicadas com performances de negociação social coletiva por direito que lhes são histórica e sociologicamente específicas.

Portanto, as manifestações de junho não emergiriam na cena política com os seus alvos específicos se não houvesse um cansaço em relação às estruturas socioeconômicas e às dinâmicas político-representativas atualmente existentes. Nesse sentido, não basta apenas aumentar a renda individual do pobre e esperar que a segurança jurídica liberal e o esforço individual o transformem em empreendedor. Deve-se aumentar o salário social na forma de conceber serviços públicos de qualidade

(como saúde e educação); deve-se assegurar juridicamente que existam qualidade e efetividade na representação política, o que depende de reforma política; deve-se controlar o desperdício de recursos públicos sem estigmatizar os aposentados e o funcionalismo público; e deve-se garantir celeridade e qualidade jurídica no combate à corrupção, para que todos tenham uma educação política centrada na vivência efetiva dos direitos, sem a qual não é possível a formação de cidadãos responsáveis, solidários e orgulhosos pelas instituições que figuram o bem comum em seu país.

Enfim, as manifestações de junho são configurações sociais complexas; não são justaposições de indivíduos a formar uma massa monolítica ou maniqueísta de questões e problemas. A sua energia social configurativa possibilita que os indivíduos tenham *comportamentos, ações, escolhas e visões de si* que não necessariamente teriam em outros tipos de configurações sociais. As manifestações de junho oferecem, portanto, outras possibilidades de experiência social de combate por (e vivência de) direitos. São um ponto de partida, uma provocação crítica, para que as estruturas e dinâmicas político-representativas possam se aperfeiçoar. Reduzir o seu papel social e histórico, ou fazer generalizações simplificadoras baseadas em ações focais ou em visões do passado de mobilizações sociais, são formas de negar o seu papel singular na arena política atual.

Num mundo pós-industrial e não mais do “pleno emprego”, a “classe operária” se tornou minoria como força social. Geralmente, a força na negociação coletiva por direitos está nos setores que afetam a circulação de pessoas, bens e meios financeiros, ou numa mobilização

popular que gere emperramentos nos interesses do capital pelo simples fato de alterar a rotina das grandes cidades. Nesse sentido, mesmo sem sindicatos, mesmo sem partidos, as mobilizações de junho emperraram o giro do capital, reduziram ganhos e, portanto, a arrecadação dos estados. Como configuração social, uma manifestação coletiva pode ter múltiplos focos, ou um foco unificado, mas o fato é que ela, em si mesma, tem um efeito/poder desarticulador da rotina de ganhos do capital; se não fosse isso, o congresso não se mexeria para desengavetar pontos de pauta antigos – que não têm uma natureza necessariamente econômica – para evitar que as mobilizações criassem problemas econômicos e estratégicos às cidades (e, portanto, ao capital) durante a Copa das Confederações.

Nesse sentido, devemos ponderar que os meios digitais de comunicação e as novas tecnologias de transporte encurtaram espaços e aumentaram a integração e interdependência estrutural das pessoas, ou seja, independentemente de suas vontades pessoais, os indivíduos estão recíproca e hierarquicamente implicados pela própria forma como o capitalismo se configura hoje. Nas dinâmicas estruturais-dialéticas do capitalismo pós-fordista da era da comunicação e do dinheiro digitais, há uma provocação incessante para uma multiplicidade de identidades e papéis, que são processos abertos e dinâmicos que se configuram num jogo infindo de aproximação, distanciamento, difusão e desaparecimento. O fato de não haver uma consciência de classe unificada nessa rede de experiências não implica que as pessoas sejam incapazes de se sensibilizarem e se solidarizarem com aquilo que transcende a sua “classe em si”, mesmo que elas não tenham clara uma “classe para si”.

Obviamente, dada a complexidade do Estado – esta outra configuração social –, não podemos acreditar que as multidões governem, mas também não podemos afirmar, arrogantemente, que sejam incapazes de reivindicar como querem ser governadas, sendo termômetros importantes para se saber quando as estruturas representativas devem se revisar. A sua energia social também não está livre de sofrer apropriações pragmáticas imprevistas e escusas de indivíduos e grupos. Então, devemos abordar as suas performances de negociação social coletiva por direitos na devida *complexidade de suas situações focais de ação*, evitando chavões estereotípicos, sentenças jornalísticas simplificadoras, personalizações retóricas redutoras (o “povo nas ruas”, as “massas”, o “gigante adormecido”, a “primavera de junho”, etc.) e a subestimação da inteligência do leitor ou do ator social que fez parte delas para conquistar direitos, para manifestar indignação e não para cometer crimes, ser “manobrado” ou ser simplificado *a fortiori*.

Em 30 de junho de 2013, enquanto ocorria a partida final *Brasil x Espanha* da Copa das Confederações no Maracanã (RJ), houve uma violenta confrontação policial entre manifestantes e PM, por conta do cerco de 1 km em torno do estádio. O cerco policial visava a impedir a proximidade dos manifestantes com seus gritos de protestos de “Fora Copa”, “Ei, FIFA, volta p’ra Suíça”, “queremos mais dinheiro p’ra saúde e educação”, etc. O impedimento da mobilidade dos manifestantes criou a retenção do percurso da manifestação, provocando uma situação previsível de confrontação: a PM lançou uma bomba de gás lacrimogênio para dispersar uma manifestação até então pacífica; porém,

no dia seguinte a este evento, os jornais, mais uma vez, noticiaram que a PM *reagiu* à ação de ‘vândalos’. Eu estava nessa multidão. Depois do ataque súbito e injustificável da polícia, os grupos foram se dispersando, alguns correndo para ruas vizinhas, outros apenas andando apressadamente para não sofrerem a criminalização. Tudo em vão: desde o início do jogo até 23 horas, a PM ficou fazendo razias e confrontações por terra e ar desde o bairro Maracanã até Saenz Peña. Algumas bombas atingiram residências que registravam a ação violenta da polícia. Desde o começo, a atitude institucional do Estado do Rio de Janeiro, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e do Governo Federal foi niveladora e preventivamente criminalizante dos manifestantes e suas famílias (algumas com crianças pequenas). Alunos meus foram presos, mas, felizmente, a OAB foi eficaz em garantir seu direito de defesa na delegacia.

O esquema de segurança não era para proteger as pessoas nas ruas ou no estádio, mas para proteger o espetáculo do grande negócio e farra com o dinheiro público a pretexto da Copa. Para este esquema de segurança, os manifestantes não podiam atrapalhar a festa – cara e oca de direito – do nacionalismo futebolístico do governo Dilma. No dia seguinte, sem surpresa, toda a apresentação de notícias e de programas de variedades do canal aberto da Rede Globo enfatizou – em tempo de exposição, em motivo e com reforço participativo do carismático elenco ‘global’ – “a festa da democracia e da família” e “o orgulho nacional” do tetracampeonato, enquanto a ação dos manifestantes e suas famílias, mais uma vez, ficou reduzida a considerações moralistas, a poucas sentenças e a um tempo diminuto de exposição de

imagens estereotípicas com ênfase na “manifestação que começou ‘ordeira’ e terminou, infelizmente, em confronto com a polícia”. Só isso... Nada foi dito do fato de que, num única noite, 1 km em torno do Maracanã ficou privatizado pela FIFA com apoio do aparato policial do Estado, ou seja, o seu imposto a serviço da segurança dos negócios da FIFA e contra os direitos de mobilidade e liberdade de expressão do cidadão.

Aqui, manifesto a minha admiração e orgulho a todos que estiveram nesta manifestação e que tiveram de enfrentar a truculência da PM. Os seus gritos de protestos não foram abafados nas redes sociais pela ilusão do orgulho de 'ser brasileiro de chuteiras', enquanto nossos direitos são cotidianamente vilipendiados. Havia uma escolha a ser feita no domingo de 30 de junho de 2013: ser cidadão ou ser enganado, com o dinheiro público sendo usado para o lucro do capital privado, a pretexto da Copa, enquanto falta o básico em coisas básicas, como saúde e educação. Aos que preferiram a ilusão do Maracanã, pergunto: O que a vitória no futebol acrescentou às suas vidas? Quero ser campeão na educação, na distribuição de renda, nos serviços públicos e na qualidade de vida. Não vejo em que esta Copa e título estão colaborando com isso. Não precisamos de Copas para ter serviços em nossa cidade ou estado. Precisamos, antes de tudo, que os

fundamentos da Constituição sejam cumpridos em escala nacional.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: As consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ELEY, Geoff. *A história da esquerda na Europa*. São Paulo: Abramo, 2005.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

GAY, Peter. *O cultivo do ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

RUDÉ, George. *A multidão na história, 1730-1848*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SILVA, Antônio Ozaí (org.). Especial: Protestos no Brasil. *Blog da Revista Espaço Acadêmico*, junho de 2013. Acessível em << <http://espacoacademico.wordpress.com/especial-proteto-no-brasil/> >>. Acessado em 28-06-2013.

THOMPSON, Edward P.. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TODOROV, Tzvetan. *Em face ao Extremo*. Campinas: Papyrus, 1995.

Recebido em 2013-07-02

Publicado em 2013-07-06